

Regulação necessária

Adam Smith acreditava que o ser humano possuía uma tendência natural a trocar e a permutar. Se duas pessoas trocassem pães, cada uma delas voltaria para casa com um deles: uma troca de equivalentes. Se trocassem idéias, a regra não se aplicaria, pois cada um poderia voltar com ambas. Embora simpático aos jogos tipo “ganha-ganha”, Smith combatia as idéias de mercantilistas e fisiocratas ainda muito em voga no continente.

Ao comércio ou à agricultura contrapunha o trabalho – e sua divisão – como a fonte da riqueza de uma nação. Essa idéia revolucionária, que desembocava na liberdade dos mercados (dos outros) e rechaçava a intervenção estatal, não surgiu em uma fábrica de alfinetes. Navegava há tempos, empurrada por ousados capitães-de-fábrica, que arrebatavam os grilhões do feudalismo em decadência.

Mais tarde, quando o capitalismo entrou em crise, essas idéias também foram atropeladas. Keynes trouxe a lógica e a legitimidade necessárias da intervenção estatal, em nome da salvação do sistema: a água era suja, mas apagava o incêndio. Os governos capitalistas se acostumaram a gastar para criar demanda efetiva e evitar o ciclo no contrapé. Por um tempo, deu certo. Os países socialistas, no entanto, ainda permaneciam como alternativa: distribuíam bem o que produziam mal. Neles, a mercadoria deixava de existir: a troca era transformada em simples distribuição. Mas surgia uma pergunta corrosiva: para que

produzir valores de uso, isto é, coisas úteis, se não era necessário confirmá-los na troca? Imolava-se a qualidade dos produtos e a inovação tecnológica em nome do igualitarismo distributivista.

Na outra ponta, os produtos capitalistas tornavam-se imbatíveis e sedutores. As telecomunicações se encarregaram de mostrar a diferença, e a idéia de economia centralmente planejada agonizou. O capitalismo estava livre para a vingança neoliberal: se o Estado asfixiava, que também fosse enforcado. A idéia do Estado mínimo e barato deu volta ao mundo em menos de 80 dias, desembarcando em Washington, a terra do consenso. O esperanto econômico se esparramou, anunciando que o Estado tornara-se um mal desnecessário e que a lógica do mercado seria o novo fio condutor das políticas nacionais.

Porém, em estado puro, o mercado é turbulento, volátil e cruel. É incapaz de manter-se em equilíbrio. Além disso, é imprevisível. Na ânsia de expansão, engendra exclusão e enormes sobressaltos para os incluídos: uns não comem, outros não dormem. Como abrir espaço, então, para as questões sociais com o dragão à solta? A resposta tentativa é conhecida: uma pitada de intervenção regulatória (e punitiva) não faz mal a ninguém, nem uma rede para amparar os excluídos. Mas sem exageros...

E as incertezas? Bem, basta mapear o cérebro humano e identificar os neurônios responsáveis pela tomada de decisões. Com a palavra: os neuroeconomistas.



Paulo H. Sandroni
FGV-EAESP